

Relatório da Administração

1-) A Companhia

A Maestra atua no segmento de Terceirização e Gestão de Frotas de veículos e caminhões através de contratos de longa duração. No final de 2021, a frota total da Maestra era de 3.726 veículos distribuídos em mais de 150 clientes em todo território nacional.

Demonstração de resultado

Table with columns for Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 and 2020, showing financial metrics like Receita líquida, Lucro antes dos tributos, and Lucro líquido.

2-) Mensagem da Administração

É com prazer que mostraremos a seguir os resultados e conquistas obtidas em 2021. Apesar dos desafios trazidos pelo COVID, a companhia mostra evolução importante em vários aspectos.

3-) Comentários de Desempenho

A Maestra concluiu o ano de 2021 com seu melhor desempenho histórico. Nossa operação está mais diversificada, com o aumento gradativo e consistente da participação da frota pesada no mix de frota.

Balancete patrimonial - 31 de dezembro de 2021 e 2020

Table showing assets and liabilities for 31 de dezembro de 2021 and 2020, including Circulante, Não circulante, and Total do ativo.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Table showing changes in equity components like Reserva de Lucros, Lucros (Prejuízos) acumulados, and Dividendo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

A Maestra Locadora de Veículos S.A. ("Maestra" ou "Companhia") é uma sociedade anônima, brasileira, de capital aberto, sem ações negociadas em mercado.

negócios, continuamos consistentemente aumentando a participação de caminhões (pesados) na frota total. Em 2021, a receita de locação anual de pesados representou 29,0% da receita bruta de locação total com 27,0% da frota monetária e 6,2% do número de veículos.

Demonstração de resultado

Table showing detailed financial results for 31 de dezembro de 2021 and 2020, including Receita líquida, Lucro antes dos tributos, and Lucro líquido.

3-1) Receita de Locação e Venda de Veículos

Table showing revenue breakdown for 2021 and 2020, categorized by Aluguel, Venda de carros, and Total.

3-2) Custo de Locação de Veículos

Table showing cost breakdown for 2021 and 2020, including Custos dos veículos vendidos, Custos de manutenção, and Custos com pessoal.

3-3) Despesas Operacionais Administrativas e Gerais

Table showing administrative and general expenses for 2021 and 2020, including Despesas com pessoal, Depreciação, and Provisão/reversão para créditos.

3-4) Despesas Financeiras Líquidas

Table showing net financial expenses for 2021 and 2020, including Despesas operacionais, Despesas financeiras, and Despesas com IPO e M&A.

Demonstração do resultado

Table showing net financial results for 31 de dezembro de 2021 and 2020, including Receita líquida, Lucro antes dos tributos, and Lucro líquido.

Demonstração do resultado abrangente

Table showing comprehensive financial results for 31 de dezembro de 2021 and 2020, including Receita líquida, Lucro antes das despesas financeiras, and Lucro líquido.

5-) Frota

Table showing fleet metrics for 2021 and 2020, including R\$ mil, Crescimento, and Resultado venda de usados - R\$ mil.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto

Table showing cash flow from operations, financing, and investing activities for 2021 and 2020.

5-) Frota

Table showing fleet metrics for 2021 and 2020, including R\$ mil, Crescimento, and Resultado venda de usados - R\$ mil.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto

Table showing cash flow from operations, financing, and investing activities for 2021 and 2020.

6-) Endividamento

Table showing debt metrics for 2021 and 2020, including Circulante, Não circulante, and Endividamento Líquido Total.

7-) Covenants Financeiros

Table showing financial covenants for 2021 and 2020, including Ok, Covariant, and Divida Líquida/Frota Líquida.

8-) Fatos Relevantes

Em 8 de maio de 2021, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado que procedeu a contratação da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes ("Deloitte") para a realização de auditoria externa independente da Companhia.

9-) Estrutura Societária

Table showing the company's ownership structure for 31 de dezembro de 2021 e 2020, including Acionistas and Total.

10-) Relacionamento com Auditores

Apesar dos desafios trazidos pelo COVID, a companhia mostra evolução importante em vários aspectos. O cenário de suprimentos pelas montadoras continuou crítico durante todo o ano de 2021.

Em relação à frota FIPE (mercado) aumento de foi de 59% em 2021.

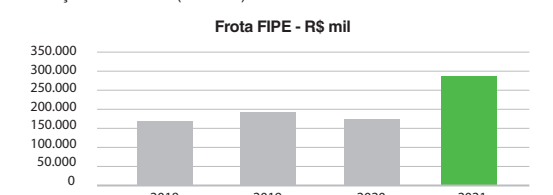


Table showing Frota FIPE (fim de período) for 2018, 2019, 2020, and 2021, including R\$ mil and Crescimento.

O número de veículos total da frota cresceu 13% em 2021, atingindo 3.726 unidades.

Frota total # veículos (fim de período)

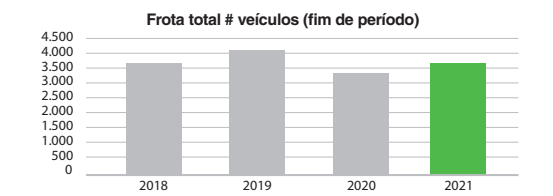
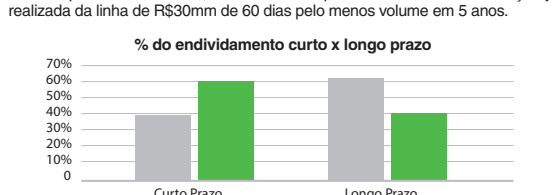


Table showing Frota total # veículos (fim de período) for 2018, 2019, 2020, and 2021, including unidades and Crescimento.

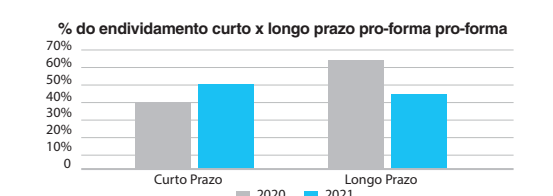
6-) Endividamento

Table showing debt metrics for 2021 and 2020, including Circulante, Não circulante, and Endividamento Líquido Total.

% do endividamento curto x longo prazo



% do endividamento curto x longo prazo pro-forma pro-forma



7-) Covenants Financeiros

Table showing financial covenants for 2021 and 2020, including Ok, Covariant, and Divida Líquida/Frota Líquida.

8-) Fatos Relevantes

Em 8 de maio de 2021, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado que procedeu a contratação da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes ("Deloitte") para a realização de auditoria externa independente da Companhia.

9-) Estrutura Societária

Table showing the company's ownership structure for 31 de dezembro de 2021 e 2020, including Acionistas and Total.

10-) Relacionamento com Auditores

Apesar dos desafios trazidos pelo COVID, a companhia mostra evolução importante em vários aspectos. O cenário de suprimentos pelas montadoras continuou crítico durante todo o ano de 2021.

**continuação**

volume diário de venda de veículos. Além disso, tem se buscado aumentar ao máximo a liquidez disponível e consequente flexibilidade financeira para manutenção da saúde do caixa da Companhia. Adicionalmente, através da salvação de vários passivos em cenários de stress, foi possível traçar potenciais impactos de longo e médio prazo e assim desenvolver ações que mitigam potenciais problemas oriundos da pandemia. Na medida em que o isolamento social tem se mostrado como a medida mais efetiva na prevenção da disseminação do Covid-19, a maior parte dos colaboradores têm atuação em *home-office* desde 19 de março de 2020. Por meio das supervisões diretas, temos monitorado o estado de saúde da nossa equipe. Algumas medidas de adequação da estrutura física foram tomadas já em abril e outras poderão vir a ser realizadas caso haja uma deterioração dos recebimentos e/ou alongamento da perspectiva de duração da pandemia. Adicionalmente, no sentido de aumentar a margem de segurança na gestão de liquidez a Companhia utilizou as seguintes Medidas Provisórias relativas às: • MP 927 de 22 de março de 2020 - Prorrogação do prazo para pagamento do FGTS; • MP 936 de 1º de abril de 2020 - Redução Jornada/Salário; • Portaria MEC nº 139 de 3 de abril de 2020 - Prorrogação do prazo para recolhimento do PIS e do COFINS e do INSS. Até a data da conclusão deste relatório, ocorria mais de um ano desde o início das primeiras medidas de isolamento, a diminuição da atividade econômica geral não levou a nenhuma consequência adversa no cumprimento de compromissos financeiros ou *covenants*. Sendo a carteira de clientes composta por contratos de locação de longo prazo, sem sazonalidade, a Companhia manteve suas obrigações em dia, incluindo todos os *covenants* financeiros, sem cancelamentos/devoluções antecipadas representativas dos contratos vigentes. Para os principais pontos de atenção descritos anteriormente: • Diminuição do fluxo de caixa operacional com eventuais atrasos e/ou inadimplência de clientes: em todos os meses deste último semestre o fluxo operacional apresentou resultados em linha com as séries históricas pré-Covid. As negociações de alongamento de prazo com clientes com atrasos em pagamentos no vencimento nos últimos seis meses, foram cumpridas. Não houve casos de clientes rescindindo contratos antecipadamente. A venda de seminários retomou já seus patamares históricos no final do 2º e 3º trimestre de 2020 e vimos aumento consistente, tanto de volume de carros vendidos, quanto de margem. Esta tendência se manteve para o exercício de 2021. Atualização para o 4º trimestre de 2021: Ao final do exercício de 2021, o impacto remanescente da pandemia na Companhia é a velocidade da retomada de produção da indústria automobilística, o que tem levado a um ciclo mais longo de implementação de novos contratos de aluguel já firmados com clientes. Boa parte deste efeito está relacionado aos gargalos globais da cadeia de suprimentos com impacto específico na disponibilidade de microprocessadores para a indústria automobilística, nossa principal fornadora. Entretanto, avaliamos que a situação retome gradualmente aos patamares de produção e entrega pré-Covid até o final deste ano, regularizando o *lead-time* padrão de implantação de novos veículos na frota. Com o avanço da vacinação e a maior conhecimento adquirido no tratamento da Covid-19, mantemos viés positivo quanto a retomada plena dos níveis de atividade na cadeia de suprimentos automobilísticos, com efeito direto em nosso negócio no longo dos próximos períodos.

**2. Base de preparação**

a) Declaração de conformidade e base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada; as normas e regulamentos emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"); e os pronunciamentos Contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM, e que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). Todas as informações relevantes próprias desta demonstração financeira anual, e somente estas, estão sendo evidenciadas e corroboradas às práticas pela Diretoria na sua função de gestão da Companhia. As informações são trimestrais dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC). Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros. c) Demonstração do valor adicionado: Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada como parte de suas demonstrações financeiras, conforme requerido pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. A DVA não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis com o objetivo de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas, pelos custos e despesas e pelo valor adicionado recebido em transferência. A segunda parte apresenta a distribuição da riqueza entre impostos, taxas e contribuições, pessoal, remuneração de capital de terceiros e remuneração do capital próprio. d) Segmento de negócio: A receita da Companhia é, basicamente, composta pelo aluguel de frota, portanto a Companhia concluiu que possui apenas um segmento de negócio passível de reporte. A Companhia possui um cliente que representa individualmente mais de 10% da receita líquida. e) Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. f) Uso de estimativas: Na comparação destas demonstrações financeiras, a Diretoria utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. g) Julgamentos: As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 07 - Veículos em desativação para renovação da frota. • Nota 10 - Imobilizado (depreciação de veículos) e valor residual. h) Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em ajustes significativos no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 06 - Contas a receber de clientes (movimentação da PECLD). • Nota 07 - Veículos em desativação para renovação da frota. • Nota 09 - Imposto de renda e contribuição social diferidos. • Nota 10 - Imobilizado (depreciação de veículos e valor residual). • Nota 11 - Valor recuperável de ágio e outros ativos intangíveis. • Nota 12 - Direito de uso e passivo de arrendamento. • Nota 18 - Provisão para contingência.

i) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo. j) Principais políticas contábeis: As principais políticas descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **Aplicações financeiras de uso restrito:** Aplicações financeiras de uso restrito referem-se a certificados de depósito bancário, que refletem as condições usuais de mercado, e na data do balanço patrimonial, não possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros, e menção ao valor justo sob contrapartida do resultado. Essas aplicações financeiras são garantidas por empréstimos bancários da Companhia. **Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As contas a receber representam os serviços prestados e a venda de veículos até a data dos balanços patrimoniais, e estão apresentadas líquidas de provisão para crédito de liquidação duvidosa, a qual foi constituída em montante considerado suficiente pela Diretoria para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber. **Veículos em desativação para renovação da frota:** A frota de veículos é renovada após sua vida útil econômica, que compreende basicamente o exercício em que a frota está alugada a terceiros. Após este exercício os veículos cessam sua depreciação e passam a ser mantidos para venda (atividade acessória à sua operação). Estes são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, conforme exposto no item 11. **Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada:** O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios. Sua precificação estimada de venda utiliza como base os preços de referência do mercado, as características históricas de comercialização da Companhia, bem como o uso e aplicação da frota objeto da precificação. A desativação do ativo imobilizado ocorre em decorrência da necessidade de renovação da frota ao término do exercício de utilização da frota nas atividades de aluguel. **Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, constituídas quando necessário. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como ativos individuais (componentes principais) e perdas de redução ao valor realizável líquido de um item do imobilizado (apuradas pela diferença entre os recursos disponíveis de alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado. O custo de reconhecido em um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposit por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorpóreas. **Depreciação:** A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual (valor estimado que a Companhia obterá com a venda do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tiver sido aliado e a condição esperada para o fim de sua vida útil). A depreciação é reconhecida no resultado baseado-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo exercício que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são aproximadamente:

	31 de dezembro de	
	2021	2020
Veículos (leves/pesados)	2 - 5 anos	2 - 5 anos
Equipamentos de informática e telefonia	5 - 10 anos	5 - 10 anos
Máquinas e equipamentos	10 - 10 anos	10 - 10 anos
Móveis e utensílios	10 - 10 anos	10 - 10 anos
Benefícios	10 - 10 anos	10 - 10 anos
Acessórios	2 - 3 anos	2 - 3 anos
Implementos	2 - 3 anos	2 - 3 anos

Em relação aos veículos operacionais da Companhia, a depreciação é mensurada pela diferença entre o custo e o valor residual líquido, sendo, este último, o preço estimado de venda no curso normal dos negócios. Sua precificação estimada de venda utiliza como base os preços de referência do mercado, as características históricas de comercialização da Companhia, bem como o uso e aplicação da frota objeto da precificação. **Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **Companhia como arrendatário:** A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento para todos os tipos de arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início menos os eventuais benefícios de reconhecimento reconhecidos de ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo: • *Imóvel:* 3 a 4 anos; • *Software:* 3 a 5 anos. Em determinados casos, sob a titularidade do ativo arrendado transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. De acordo com o CPC 06(R2) - Arrendamentos, o custo de um ativo de direito de uso também contempla uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à

condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, salvo se esses custos forem incorridos para produzir estoques. O arrendatário incorre na obrigação por esses custos, seja na data de início ou como consequência de ter usado o ativo subjacente durante um período específico. Os contratos de arrendamento da Companhia incluem a obrigação de desmontar e remover o ativo subjacente, restaurar o local em que está localizado ou restaurar o ativo subjacente a uma condição específica. **Passivo de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o crescimento de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração em uma taxa de juro aplicada ao ativo subjacente. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. **Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **Redução ao valor recuperável: Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia que seguem o pronunciamento CPC 01 (R1), são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda de valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos ("unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor justo pelo valor recuperável é reconhecida quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo. Quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo, o valor recuperável é reconhecido se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos ("unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor justo pelo valor recuperável é reconhecida quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo. Quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo, o valor recuperável é reconhecido se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos ("unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor justo pelo valor recuperável é reconhecida quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo. Quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo, o valor recuperável é reconhecido se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos ("unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor justo pelo valor recuperável é reconhecida quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo. Quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo, o valor recuperável é reconhecido se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos ("unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor justo pelo valor recuperável é reconhecida quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo. Quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo, o valor recuperável é reconhecido se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos ("unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor justo pelo valor recuperável é reconhecida quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo. Quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo, o valor recuperável é reconhecido se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos ("unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor justo pelo valor recuperável é reconhecida quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo. Quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo, o valor recuperável é reconhecido se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos ("unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor justo pelo valor recuperável é reconhecida quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo. Quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo, o valor recuperável é reconhecido se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos ("unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor justo pelo valor recuperável é reconhecida quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo. Quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo, o valor recuperável é reconhecido se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos ("unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor justo pelo valor recuperável é reconhecida quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo. Quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo, o valor recuperável é reconhecido se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos ("unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor justo pelo valor recuperável é reconhecida quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo. Quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo, o valor recuperável é reconhecido se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos ("unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor justo pelo valor recuperável é reconhecida quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo. Quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo, o valor recuperável é reconhecido se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos ("unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor justo pelo valor recuperável é reconhecida quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo. Quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo, o valor recuperável é reconhecido se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos ("unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor justo pelo valor recuperável é reconhecida quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo. Quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo, o valor recuperável é reconhecido se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos ("unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor justo pelo valor recuperável é reconhecida quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo. Quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo, o valor recuperável é reconhecido se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos ("unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor justo pelo valor recuperável é reconhecida quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo. Quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo, o valor recuperável é reconhecido se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos ("unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor justo pelo valor recuperável é reconhecida quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo. Quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo, o valor recuperável é reconhecido se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos ("unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor justo pelo valor recuperável é reconhecida quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo. Quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo, o valor recuperável é reconhecido se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos ("unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor justo pelo valor recuperável é reconhecida quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo. Quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo, o valor recuperável é reconhecido se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos ("unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor justo pelo valor recuperável é reconhecida quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo. Quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo, o valor recuperável é reconhecido se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos ("unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor justo pelo valor recuperável é reconhecida quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo. Quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo, o valor recuperável é reconhecido se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos ("unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor justo pelo valor recuperável é reconhecida quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo. Quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo, o valor recuperável é reconhecido se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos ("unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor justo pelo valor recuperável é reconhecida quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo. Quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo, o valor recuperável é reconhecido se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos ("unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor justo pelo valor recuperável é reconhecida quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo. Quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo, o valor recuperável é reconhecido se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos ("unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor justo pelo valor recuperável é reconhecida quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo. Quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo, o valor recuperável é reconhecido se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos ("unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor justo pelo valor recuperável é reconhecida quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo. Quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo, o valor recuperável é reconhecido se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos ("unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor justo pelo valor recuperável é reconhecida quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo. Quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo, o valor recuperável é reconhecido se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos ("unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor justo pelo valor recuperável é reconhecida quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo. Quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo, o valor recuperável é reconhecido se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos ("unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor justo pelo valor recuperável é reconhecida quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo. Quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo, o valor recuperável é reconhecido se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos ("unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor justo pelo valor recuperável é reconhecida quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo. Quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo, o valor recuperável é reconhecido se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos ("unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor justo pelo valor recuperável é reconhecida quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo. Quando o valor recuperável do ativo é inferior ao valor contábil do ativo, o valor recuperável é reconhecido se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos

